- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão **"Espaço livre"** — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS
-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

O envelhecimento populacional brasileiro é um fenômeno que ocorre com uma rapidez pouco experimentada em outros países do mundo. É um processo que resulta da explosão demográfica das décadas de 1950 e 1960 — o país jovem deveria chegar, em algum momento, ao país de idosos —, mas, que apresenta contornos próprios, associados ao contexto histórico, social e técnico. Talvez o desafio agora seja maior, de algum modo não previsto pelos defensores do controle demográfico nas décadas de crescimento populacional.

Há uma vasta literatura que reconhece que a transição demográfica brasileira ocorreu pela indução de fatores artificiais, ou seja, sem alterações das condições de vida como um todo. De um lado, houve a transição urbana, acompanhada da transição econômica e tecnológica na cidade e no campo. De outro, o momento técnico-científico, especialmente nas ciências médicas, permitiu reduzir os fatores de mortalidade e aumentar a expectativa de vida. Finalmente, houve as medidas artificiais de redução da fecundidade, acompanhadas de mudanças comportamentais e de políticas de incentivo à redução do número de filhos no Brasil. Por isso, a passagem da fase de equilíbrio demográfico, marcada por altas taxas de mortalidade e natalidade, para a fase de crescimento, caracterizada pela redução das taxas de mortalidade e pela manutenção de altas taxas de natalidade, foi muito rápida. Igualmente, foi muito rápida a redução subsequente das taxas de natalidade, a partir da década de 1970, acompanhada da continuidade da redução da taxa de mortalidade e do aumento da expectativa de vida.

O grande desafio brasileiro reside no fato de que o país está realizando mais uma transição demográfica, a do envelhecimento, sem realizar a transição da miséria. Por óbvio, as condições de vida são melhores hoje do que na década de 1960, mas é fato que o país não realizou a transição de uma sociedade historicamente desigual para uma formação social mais justa. Note-se a concentração de renda e da propriedade da terra, que não se reduziu no país desde 1930. Tivemos avanços significativos em setores como educação e saúde, mas, a partir da Constituinte, foram realizadas reformas que assumiram feições de um projeto conservador.

Portanto, o envelhecimento populacional apresenta-se para o Brasil como uma questão de enorme complexidade, uma vez que o momento da chamada "oportunidade demográfica" ou "bônus demográfico", termos tão usados pelos economistas, está se esgotando em velocidade assustadoramente rápida. Se tal bônus existe, há de existir um ônus, razão por que os mesmos economistas se apressam em antever reformas, como a recém-realizada no sistema previdenciário brasileiro. O que a política econômica brasileira ainda não entendeu é que crianças e idosos jamais são um ônus, mas oportunidades que precisam ser valorizadas no plano da ação política.

Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

Acerca das ideias e da organização do texto CB1A1, julgue os itens a seguir.

1 Predomina no texto a tipologia injuntiva, marcada pela orientação ao leitor acerca das transformações necessárias diante do envelhecimento populacional brasileiro.

2 Infere-se do texto que a queda da fecundidade foi ganhando importância crescente na configuração demográfica brasileira após a chamada "fase de crescimento".

3 Depreende-se do texto que a rapidez da transição demográfica brasileira decorreu, sobretudo, das mudanças nas taxas de mortalidade e fecundidade, apesar das transformações urbanas e técnico-científicas.

Em relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os próximos itens.

4 No terceiro parágrafo, a oração "que não se reduziu no país desde 1930" restringe o sentido de "propriedade da terra".

5 A correção gramatical e as relações de coesão e coerência do texto seriam preservadas caso a expressão "Por óbvio" (terceiro parágrafo) fosse substituída por **Inequivocamente**.

6 Os vocábulos "Talvez" (primeiro parágrafo) e "Finalmente" (segundo parágrafo) pertencem à mesma classe gramatical, mas seu emprego no texto tem finalidades discursivas distintas: o primeiro introduz um argumento que expressa o ponto de vista do autor, enquanto o segundo introduz uma informação que transmite um fato.

7 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso fosse substituída por **porquanto** a expressão "uma vez que", no trecho "questão de enorme complexidade, uma vez que o momento da chamada 'oportunidade demográfica' ou 'bônus demográfico' (...) está se esgotando em velocidade assustadoramente rápida" (quarto parágrafo).

8 O primeiro período do terceiro parágrafo poderia ser reescrito, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, da seguinte forma: **Atualmente, consiste no grande desafio brasileiro o fato de o país estar realizando outra transição demográfica — a do envelhecimento — sem que tenha realizado a transição da miséria.**

9 No primeiro parágrafo, o termo "que", na oração "mas que apresenta contornos próprios", está empregado como pronome relativo e retoma a expressão "explosão demográfica".

10 O sentido do trecho "a transição demográfica brasileira ocorreu pela indução de fatores artificiais" (segundo parágrafo) seria preservado caso o termo "indução" fosse substituído por **intensificação**.

11 No segundo parágrafo, as expressões "De um lado" e "De outro" relacionam períodos que veiculam ideias distintas, porém não excludentes entre si.

12 A construção "há de existir", no trecho "Se tal bônus existe, há de existir um ônus" (último parágrafo), é considerada um registro informal devido à redundância causada pelo emprego consecutivo desnecessário de duas formas verbais sinônimas, quando bastaria a forma verbal **haverá** para transmitir a mesma ideia.

Com base na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), julgue os itens subsequentes, relativos à organização dos Poderes e do Distrito Federal (DF) e a seus fundamentos.

13 Em observância à Constituição Federal de 1988, a LODF prevê que ninguém será discriminado ou prejudicado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, características genéticas, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, orientação sexual, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, por ter cumprido pena, nem por qualquer particularidade ou condição.

14 O DF possui três Poderes, independentes e harmônicos entre si: o Poder Executivo, exercido pelo governador do DF, auxiliado pelos secretários de Estado do DF; o Poder Legislativo, exercido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), com o auxílio do TCDF; e o Poder Judiciário, exercido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

15 O programa de desenvolvimento econômico-social do DF deve ser executado dentro dos limites geográficos de seu território, cabendo ao estado de Goiás a responsabilidade pela integração da região do entorno.

Lei distrital devidamente aprovada pela Câmara Legislativa do DF (CLDF) e sancionada pelo governador do DF dispôs, em seu texto, sobre diversos impostos de competência do DF, mas deixou de observar limitações impostas por resolução do Senado Federal.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, de acordo com as disposições da LODF.

16 A lei distrital em questão, salvo se se enquadrar em uma das exceções legais, viola previsão expressa da LODF, pois, em matéria tributária, cada imposto ou contribuição deve ser objeto de lei ordinária específica e de conteúdo exclusivo.

17 Com relação à inobservância de limitações impostas por resolução do Senado Federal, não há qualquer incorreção na referida lei distrital, pois o sistema tributário do DF não se subordina ao disposto em resolução do Senado Federal, cujo alcance é limitado às legislações de âmbito federal.

Acerca da ordem econômica do DF, julgue os itens que se seguem, conforme as disposições da LODF.

18 Não caracteriza violação à LODF a concessão, por legislação distrital, de tratamento diferenciado a empresas conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, pois a defesa do meio ambiente é princípio geral da ordem econômica do DF.

19 A participação direta do poder público na exploração da atividade econômica restringe-se aos casos previstos na Constituição Federal de 1988 e, na forma da lei, à condição de agente indutor do desenvolvimento socioeconômico do DF, em investimentos de caráter estratégico ou para atender relevante interesse coletivo, sendo vedado às empresas públicas e às sociedades de economia mista gozar de privilégios fiscais que não sejam extensivos às do setor privado.

Em relação à formação histórica e à organização do espaço urbano do DF, julgue os itens a seguir.

20 A desapropriação de terras para a implantação da nova capital federal no Planalto Central restringiu-se à área destinada à construção da zona urbana, pois se considerava que manter as propriedades rurais fora da desapropriação desestimularia sua compra para revenda com lucro.

21 As Letras Imobiliárias Brasília, títulos emitidos pela NOVACAP, eram instrumentos que articulavam o financiamento da construção de Brasília à comercialização das terras sob o controle estatal.

22 O Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT) orientou a expansão periférica do DF para o sudoeste, enquanto o Plano Piloto ainda apresentava baixo grau de ocupação.

Acerca do Plano Distrital de Política para Mulheres (2020-2023), julgue o item a seguir.

23 Entre os objetivos específicos do eixo do referido plano que prevê as políticas públicas para as mulheres no mundo do trabalho, está o desenvolvimento de campanhas que incentivem as mulheres a ocuparem-se prioritariamente do cuidado do lar e dos filhos, de modo a não sobrecarregar-se com tarefas que devem ser assumidas pelos homens.

Com base na Lei Maria da Penha, julgue os itens a seguir.

24 A política de assistência social atua de forma a prevenir a violência contra a mulher bem como a mitigá-la depois que ela é praticada, enquanto as políticas de segurança e o Poder Judiciário atuam tão somente após o seu cometimento, mediante a penalização dos agentes das ações violentas contra as mulheres.

25 O juiz deve determinar, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo.

26 Caso uma empregada diarista sofra violência sexual praticada pelo homem que a contratou, dentro da casa em que ela trabalha em caráter esporádico, não se aplicará a Lei Maria da Penha ao caso, devido à inexistência de vínculo entre ela e a família para a qual presta seus serviços.

Um homem de 19 anos de idade, previamente hígido, apresentou perda súbita da consciência enquanto aguardava atendimento na recepção do TCDF. Inicialmente, houve enrijecimento generalizado dos membros, e o homem caiu ao solo. Logo em seguida, começaram movimentos musculares rítmicos e involuntários nos braços e nas pernas, associados a sialorreia e perda involuntária de urina.

Acerca dos primeiros socorros a serem prestados ao indivíduo nesse caso hipotético, julgue os itens a seguir.

27 Recomenda-se introduzir um objeto entre os dentes do indivíduo, para prevenir mordedura da língua e evitar a obstrução das vias aéreas.

28 Orienta-se posicionar o indivíduo em decúbito lateral, assim que possível, sem conter os movimentos convulsivos, para favorecer a drenagem da saliva e reduzir o risco de broncoaspiração.

29 Devem-se afastar objetos próximos ao indivíduo e proteger a sua cabeça de impactos contra o solo, com o objetivo de reduzir o risco de lesões durante a crise.

Cada um dos itens a seguir é constituído de uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada. Julgue-os a partir de conhecimentos de contagem, probabilidade e operações com conjuntos.

30 *Em um tribunal de contas, Maria faz parte de uma equipe formada por 15 servidores, dos quais 4 serão sorteados para participar de uma capacitação. Nessa situação hipotética, considerando-se que todos tenham a mesma chance de ser sorteados, a probabilidade de Maria ser selecionada para a capacitação é superior a 25%.*

31 *Em determinado tribunal de contas, 28 servidores têm experiência em auditoria, 24, em direito e 17, em tecnologia da informação, e nenhum servidor tem experiência nessas três áreas, mas 9 têm experiência em auditoria e direito, 7, em auditoria e tecnologia da informação, e alguns em direito e tecnologia da informação. Nesse caso, o menor número possível de servidores com experiência em, pelo menos, uma dessas áreas é igual a 42.*

32 Em uma reunião de servidores de um tribunal de contas, 12 servidores estão sentados ao redor de uma mesa circular e é preciso escolher 5 deles de modo que não haja dois escolhidos sentados lado a lado. Nesse caso, há exatamente 36 maneiras diferentes de escolher os 5 servidores.

Cada um dos próximos itens é constituído de uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada. Julgue-os com base em conhecimentos de matemática financeira.

33 Uma instituição beneficente que dispõe de um orçamento semanal fixo para a distribuição de cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade social distribuiu, em determinada semana, 18 cestas, cada qual no valor de R$ 300; na semana imediatamente seguinte, a instituição utilizou o orçamento para distribuir 30 cestas, cada qual em valor igual a x. Nessa situação hipotética, considerando-se que o orçamento semanal tenha sido consumido integralmente na respectiva semana a que se destinava, então x = R$ 200.

34 Um tribunal de contas destinou um recurso para aquisições de equipamentos de informática. Inicialmente, 40% desse valor foi utilizado na compra de computadores e, em seguida, 25% do valor restante foi gasto na aquisição de periféricos. Após essas compras, ainda restaram R$ 13.500. Nessa situação hipotética, o valor inicialmente disponível para as citadas aquisições era de R$ 28.000.

35 Um capital de R$ 5.000 foi aplicado no regime de juros compostos e, após 3 meses, atingiu o montante de R$ 8.640. Nessa situação, considerando-se que no período não tenha havido depósitos ou retiradas, é correto concluir que a taxa mensal de juros aplicada foi de 20%.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Com base na Lei Orgânica do TCDF, julgue os itens a seguir.

36 Qualquer servidor do TCDF, no âmbito de suas atribuições, poderá requerer aos responsáveis pelos órgãos e entidades objeto de inspeções, auditorias e diligências informações e documentos necessários para a instrução de processos e relatórios de cujo exame esteja expressamente encarregado por sua chefia imediata.

37 O TCDF possui competência normativa para expedir atos e instruções sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilização.

38 A jurisdição do TCDF abrange os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público que recebam contribuições e prestem serviço de interesse público ou social, não alcançando os responsáveis por pessoas jurídicas de direito privado.

Julgue os próximos itens de acordo com o Regimento Interno do TCDF.

39 No exercício de sua competência, o TCDF terá irrestrito acesso a todas as fontes de informações disponíveis em órgãos e entidades jurisdicionados, inclusive às armazenadas em meio eletrônico e àquelas que tratem de despesas de caráter sigiloso cujo acesso não dependa de prévia autorização judicial.

40 Os cargos de direção e assessoramento vinculados à área fim do TCDF devem ser ocupados por servidores da carreira de controle externo, exceto o cargo de secretário-geral de controle externo, de livre nomeação e exoneração pelo presidente do TCDF.

41 Suponha que um auditor do TCDF tenha formulado consulta administrativa ao órgão a fim de verificar a possibilidade de exercer função comissionada em certa secretaria do tribunal, para a qual havia sido convidado. Nessa situação hipotética, a resposta à consulta do auditor deve informar que os auditores do TCDF são impedidos de exercer funções ou comissões nas secretarias do tribunal, motivo pelo qual o interessado não poderá ser designado para tal atribuição.

42 A ausência de publicação, nos órgãos oficiais, das pautas de processos passíveis de apreciação e julgamento pelo Plenário do TCDF poderá ser suprida pela sua divulgação no portal eletrônico do TCDF na Internet e em excerto do Boletim do TCDF, com a antecedência prevista pelo Regimento Interno, mas é obrigatória a publicação, em órgão oficial, de processos de natureza administrativa que digam respeito à direção, à organização e às propostas de trabalho do tribunal.

Considerando as disposições constitucionais acerca das funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

43 A atribuição do corregedor nacional de receber reclamações e denúncias relativas a membros do Ministério Público e a seus serviços auxiliares não exclui a atuação das ouvidorias da instituição, que também podem receber reclamações e denúncias de qualquer interessado e representar diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

44 A independência funcional dos membros do Ministério Público impede que o corregedor nacional do Conselho Nacional do Ministério Público os requisite ou designe, delegando-lhes atribuições, embora lhe seja permitido requisitar servidores dos órgãos ministeriais.

45 Por ser instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a Defensoria Pública atua, em caráter instrumental à atividade jurisdicional, na promoção dos direitos humanos e na tutela de direitos coletivos dos necessitados, de modo que a defesa extrajudicial não constitui atribuição constitucional autônoma dessa instituição.

46 A competência constitucional da Advocacia-Geral da União para representar a União judicial e extrajudicialmente afasta atribuição específica da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para representar a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.

47 Em razão de emenda constitucional, a União deixou de ter competência para legislar sobre a organização da Defensoria Pública do Distrito Federal, porém ainda lhe compete legislar privativamente sobre a organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios.

Com base nas disposições constitucionais relativas à reforma da Constituição e à organização e ao funcionamento dos Poderes Executivo e Legislativo, julgue os itens subsequentes.

48 Quando verificada ilegalidade em contrato submetido ao controle externo, compete ao Tribunal de Contas da União sustar diretamente a execução do ajuste e comunicar sua decisão ao Congresso Nacional, ao qual caberá solicitar ao Poder Executivo as medidas pertinentes.

49 A revisão constitucional prevista pelo constituinte originário submeteu-se a procedimento menos rígido que o estabelecido para as emendas constitucionais, pois foi realizada em sessão unicameral do Congresso Nacional e exigiu, para aprovação das alterações, o voto da maioria absoluta de seus membros.

50 O presidente da República pode delegar a ministro de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União tanto a atribuição de extinguir funções ou cargos públicos, quando vagos, quanto a de dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, desde que essa reorganização não implique aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Em relação à evolução legislativa da seguridade social no Brasil e a seus princípios, julgue os itens a seguir.

51 A Lei Eloy Chaves, de 1923, instituiu a vinculação dos ferroviários de empresas distintas a um mesmo instituto de aposentadorias e pensões, organizado por categoria profissional.

52 Atende à disciplina constitucional da diversidade da base de financiamento a identificação de receitas e despesas em rubricas específicas para saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

Após o registro de 132 contribuições mensais consecutivas ao regime geral de previdência social (RGPS) como segurado empregado, Paulo foi demitido sem justa causa e ficou desempregado, sem exercer nenhuma outra atividade profissional.

Considerando essa situação hipotética e as disposições da Lei n.º 8.213/1991, julgue os próximos itens.

53 Paulo poderá continuar contribuindo para o RGPS, mesmo sem ter vínculo empregatício ativo, desde que comprove que exerce atividade como contribuinte individual ou trabalhador avulso.

54 Após a dispensa imotivada, Paulo manterá a qualidade de segurado do RGPS por até 36 meses.

Julgue o seguinte item, relativo aos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos servidores públicos.

55 Após a Emenda Constitucional n.º 103/2019, passou a ser inconstitucional a fixação do abono de permanência correspondente a 80% da contribuição previdenciária de servidor público que não tenha direito adquirido à disciplina anterior.

Em relação ao Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (RPPS/DF), julgue os itens subsecutivos.

56 O plano de benefícios do RPPS/DF é composto por aposentadorias e pensão por morte.

57 Em regra, os proventos da aposentadoria por invalidez concedida no âmbito do RPPS/DF são proporcionais ao tempo de contribuição do segurado, porém, quando a incapacidade decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, serão devidos proventos integrais.

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e na jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir.

58 O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro, sendo este último ligado às noções de imprudência, negligência e imperícia, quando efetivamente graves, conforme entendimento do STF.

59 Em qualquer órgão público, a edição de atos normativos por autoridade administrativa poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, exceto os atos normativos de mera organização interna.

Acerca do domicílio das pessoas naturais e jurídicas, julgue os itens seguintes.

60 Os servidores públicos possuem domicílio necessário, fixado por imposição legal, independentemente de suas vontades.

61 Caso uma pessoa jurídica possua diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados, independentemente onde for sediada a sua administração ou diretoria.

Acerca da prescrição e da decadência, julgue os itens subsecutivos, à luz do Código Civil e da jurisprudência do STJ.

62 A vítima de abuso sexual cometido durante sua infância ou adolescência terá o prazo de três anos, após atingir a maioridade civil, para buscar a reparação civil por danos morais e materiais, sob pena de, após esse período, restar fulminada pela prescrição a pretensão indenizatória.

63 Não correm a prescrição nem a decadência contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas em tempo de guerra.

Acerca dos negócios jurídicos, julgue o próximo item.

64 Nas declarações de vontade, deve-se atender primordialmente ao sentido literal da linguagem, sendo incabível fazer ilações acerca da intenção subjetiva das partes nelas consubstanciadas, em observância aos princípios da boa-fé objetiva e da transparência.

A respeito do Sistema Tributário Nacional, observada a Constituição Federal de 1988, com as alterações implementadas por meio da Emenda Constitucional (EC) n.º 132/2023, e a jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir.

65 A tributação do imposto sobre bens e serviços (IBS) e da contribuição sobre bens e serviços (CBS) orienta-se pelos princípios da neutralidade e do destino, prestigiando o local em que o bem ou serviço é consumido.

66 A imunidade tributária das entidades religiosas e dos templos de qualquer culto alcança suas organizações assistenciais e beneficentes, não importando, especificamente nesse caso, se o patrimônio e a renda estão, ou não, relacionados com as finalidades essenciais dessas entidades.

67 No DF, diferentemente dos estados, a Reforma Tributária do Consumo resultará na extinção de dois tributos.

68 A arrecadação do imposto sobre bens e serviços (IBS) deverá ser realizada exclusivamente por meio do Comitê Gestor do IBS, a partir da atuação integrada do DF, dos estados e dos municípios.

69 A EC n.º 132/2023 representou superação legislativa da jurisprudência do STF, uma vez que, enquanto a suprema corte entendia pela utilização estrita dos recursos da contribuição de iluminação pública apenas para o custeio do serviço de iluminação pública, a citada EC foi além e contemplou, na destinação dos recursos, a expansão e melhoria da rede.

Em relação à repartição de receitas tributárias, julgue os próximos itens, à luz da Constituição Federal de 1988.

70 A repartição do produto da arrecadação do IPVA em favor dos municípios, no caso de aeronaves e embarcações, orienta-se pelo domicílio do proprietário, ao passo que, em relação aos veículos terrestres, o critério deve ser o local em que o automóvel é licenciado.

71 O produto da arrecadação do IBS de competência estadual não sofre rateio entre o estado e seus municípios, uma vez que os entes municipais já fazem jus à arrecadação do IBS municipal.

Acerca de dados estruturados e não estruturados, das técnicas de visualização e *storytelling* com dados, bem como da engenharia de *prompts* aplicada à inteligência artificial generativa, julgue os itens subsequentes.

72 Tanto os histogramas quanto os gráficos de barras podem apresentar elementos retangulares para a visualização de dados, contudo têm finalidades distintas: os histogramas representam distribuições de frequências em intervalos de valores numéricos para análise da distribuição de uma variável quantitativa, enquanto os gráficos de barras são utilizados para comparação de valores associados a categorias.

73 A classificação de dados em estruturados ou não estruturados está relacionada à existência de um esquema de organização predefinido, de modo que informações extraídas de documentos textuais podem ser transformadas em registros estruturados mediante processos de extração, classificação e normalização.

74 Os gráficos do tipo *pizza*, em técnicas de *storytelling* com dados, são adequados para demonstrar a evolução temporal de indicadores contínuos, enquanto os gráficos de dispersão permitem representar diretamente a distribuição de frequências de uma variável quantitativa agrupada em intervalos.

75 O encadeamento de *prompts* estabelece uma dependência sequencial entre instruções que assegura a consistência factual das respostas produzidas por modelos generativos, pois cada etapa utiliza o resultado anterior como evidência validada para a execução da próxima instrução.

Julgue os itens a seguir, relativos a recursos avançados do Power Query no Microsoft Excel 365.

76 A operação de mesclagem de consultas permite combinar tabelas com base na correspondência entre valores de uma ou mais colunas, enquanto a operação de acréscimo de consultas permite reunir linhas de diferentes tabelas em uma estrutura resultante.

77 O mecanismo denominado *query folding* determina que todas as transformações definidas na linguagem M sejam executadas diretamente na fonte de dados, preservando o desempenho das consultas independentemente do conector utilizado e das operações de transformação aplicadas.

Durante uma fiscalização, determinado órgão de controle realizou um levantamento dos preços de um produto comercializado por diferentes estabelecimentos, com o objetivo de analisar a distribuição dos valores praticados e identificar possíveis anomalias. A análise dos dados revelou que 90% dos preços observados eram iguais ou superiores a R$ 100.

A partir dessa situação hipotética, sabendo que os preços registrados, expressos em reais, são valores não negativos e que o menor e o maior preço observados foram, respectivamente, R$ 70 e R$ 200, julgue os próximos itens.

78 Se a análise dos dados tivesse revelado que 80% dos preços observados eram iguais ou inferiores a R$ 100, então a mediana e a moda dos preços seriam coincidentes.

79 O desvio padrão dos preços observados no levantamento é igual a R$ 130.

80 A média aritmética dos preços observados no levantamento é superior a R$ 95.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS --

Considerando as disposições legais e constitucionais e a jurisprudência consolidada do STF sobre atos administrativos, julgue os itens a seguir.

81 Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, o TCDF está sujeito ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade de ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da data da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

82 Para que a administração pública possa convalidar um ato que ela mesma emitiu, basta que o ato não lesione o interesse público e tenha defeito sanável.

83 A Lei n.º 9.784/1999 estabelece o prazo de cinco anos para que a administração pública anule atos administrativos praticados com má-fé dos quais decorram efeitos favoráveis para seus destinatários.

84 Com base no poder de autotutela, a administração pública tem a faculdade de revogar o ato de demissão *ad nutum* de servidor público concursado e estável.

A respeito de agentes públicos, do regime jurídico administrativo, da responsabilidade civil do Estado, dos serviços públicos e da organização administrativa, julgue os itens subsequentes, com base nas disposições legais e constitucionais aplicáveis e na jurisprudência consolidada do STF.

85 O interesse público é princípio implícito que se impõe a toda atuação da administração pública.

86 Embora a continuidade do serviço público seja um dos princípios que o caracteriza, ele poderá ser interrompido, após prévio aviso, por inadimplemento do usuário, sem que isso viole o princípio da continuidade.

87 Considere que uma empresa privada prestadora de serviço público de transporte tenha sido responsabilizada por acidente causado em decorrência de distração de um de seus funcionários quando da condução de ônibus da empresa. Nessa hipótese, a empresa tem direito de regresso contra o funcionário que causou o acidente.

88 Uma sociedade comercial que se dedica à promoção da cultura não pode se qualificar como organização da sociedade civil de interesse público.

89 A Constituição Federal de 1988, ao dispor sobre agentes públicos, elimina a possibilidade de contratação de pessoal por tempo determinado.

90 A acumulação de dois cargos públicos de professor, observada a compatibilidade de horários, é a única hipótese de acumulação remunerada de cargos públicos constitucionalmente permitida.

91 Suponha que José esteja estudando para o concurso de analista administrativo de controle externo do TCDF, mas com o propósito de, se aprovado, realizar futuramente processo seletivo interno do tribunal para o cargo de auditor de controle externo. Nessa situação hipotética, o raciocínio de José encontra amparo no texto constitucional, que permite a movimentação de servidor concursado entre carreiras de um mesmo órgão.

Julgue os próximos itens, referentes ao controle da administração pública e ao conceito de dado anonimizado estabelecido na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

92 Os tribunais de contas auxiliam o Poder Legislativo no controle externo da administração pública, competindo-lhes apreciar anualmente as contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo.

93 De acordo com a LGPD, dado anonimizado é aquele relativo a titular cuja identificação não seja possível mediante a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião do tratamento do dado.

94 Suponha que um agente público dispusesse de condições para prestar contas, quando obrigado a fazê-lo, mas não o tenha feito, com o propósito de ocultar irregularidade. Nessa situação, restará caracterizado ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública apenas se a omissão tiver sido dolosa.

Em relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

95 Na execução orçamentária no âmbito do DF, compete aos ordenadores de despesa determinar ou dispensar a realização de licitação, autorizar a realização de despesa e determinar a emissão da nota de empenho, bem como autorizar a liquidação e o pagamento.

96 O projeto de lei orçamentária deve atender ao princípio da universalidade, conforme o qual o orçamento deve ser uno dentro de cada esfera governamental e ao princípio da unidade, que determina a consignação da totalidade das receitas e despesas governamentais, sem omissões.

97 Na estrutura programática e funcional do orçamento brasileiro, a subfunção somente pode ser combinada com a função a que esteja vinculada.

98 De acordo com o previsto na Lei n.º 4.320/1964, a execução orçamentária no Brasil segue o regime contábil de caixa no tocante à receita pública e o de competência para as despesas.

Cada um dos seguintes itens apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de créditos adicionais, com base na Lei n.º 4.320/1964 e na Constituição Federal de 1988.

99 Ante o surgimento de demanda orçamentária para a criação de um novo programa de habitação popular, não prevista na lei orçamentária anual (LOA), o chefe do Poder Executivo distrital pretende enviar à CLDF projeto de lei com solicitação de crédito adicional específico. Nessa situação hipotética, o governador deve solicitar créditos especiais, pois eles se destinam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na LOA, dependem de prévia autorização legislativa e exigem a indicação da respectiva fonte de recursos disponíveis para a sua abertura.

100 No mês de novembro de determinado exercício, o Poder Executivo de certo ente da Federação abriu crédito adicional suplementar por decreto, devidamente autorizado por lei específica, mas, ao término do ano civil, nem todos os recursos desse crédito haviam sido empenhados. Nessa situação hipotética, o crédito autorizado nos últimos quatro meses daquele exercício financeiro poderá ser reaberto no exercício subsequente, pelo seu saldo, mediante decreto, incorporando-se ao orçamento do ano em que for reaberto.

Julgue os próximos itens, acerca de descentralização orçamentária e financeira e sistemas de informações no âmbito do governo do DF.

101 A descentralização orçamentária denominada provisão consiste na movimentação de créditos orçamentários entre unidades gestoras de um mesmo órgão ou entidade, mantendo-se a titularidade do crédito dentro da mesma estrutura orçamentária.

102 No âmbito do governo do DF, o acompanhamento físico-financeiro dos programas de trabalho e a execução contábil e patrimonial são realizados por meio do SIOP federal, em razão da inexistência de sistema próprio distrital para esse fim.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada acerca de receita e despesa pública, com base na Lei n.º 4.320/1964.

103 Um servidor público solicitou o pagamento retroativo de um adicional salarial reconhecido por decisão administrativa após o encerramento do exercício em que o direito foi constituído. Nessa situação hipotética, o pagamento retroativo do adicional salarial deverá ser classificado como despesa de exercícios anteriores, pois serão utilizadas disponibilidades financeiras do saldo do exercício já encerrado, sem necessidade de dotação orçamentária no ano corrente.

104 Após o vencimento do prazo para pagamento de um crédito de multa administrativa imposta por tribunal de contas, a procuradoria jurídica efetuou a inscrição do valor em dívida ativa, ante a falta do pagamento. Nesse caso hipotético, o crédito relativo à multa administrativa aplicada pelo órgão de controle externo, ao ser inscrito em dívida ativa, classifica-se como dívida ativa tributária, haja vista sua origem sancionatória fixada em lei.

105 Um ente público captou recursos financeiros, por meio da emissão de títulos da dívida pública, para custear a construção de uma rodovia estadual. Nessa situação hipotética, os recursos decorrentes dessa operação de crédito constituem receita pública de capital, pois aumentam a disponibilidade financeira do ente no momento do ingresso, em contrapartida à criação de um passivo exigível.

Cada um dos itens que se seguem apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada no que se refere à responsabilidade fiscal e a transferências voluntárias, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

106 Na verificação da execução orçamentária ao final do bimestre de janeiro a fevereiro de 2026, ficou demonstrado que a arrecadação das receitas do ente ficou aquém dos montantes projetados para o cumprimento das metas de resultado primário fixadas na lei de diretrizes orçamentárias (LDO). Nesse caso, impôs-se aos Poderes Executivo e Legislativo do ente e ao Ministério Público a obrigação de promover, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes ao final daquele bimestre, limitação de empenho e movimentação financeira.

107 Em janeiro do último ano do seu mandato, um governador de estado assinou diversos contratos para obras de pavimentação e infraestrutura, cujos pagamentos seriam liquidados no exercício financeiro seguinte, já sob a nova gestão. Essa situação viola a LRF, que veda ao titular de Poder ou órgão contrair obrigação de despesa no último ano de seu mandato que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa.

108 O Ministério do Desenvolvimento Regional celebrou convênio com um município para repasse de recursos financeiros destinados à pavimentação de vias urbanas. Nesse caso hipotético, ocorrem transferências voluntárias, que consistem na entrega de recursos correntes ou de capital por um ente da Federação a outro, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorram de determinação constitucional ou legal nem sejam destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Em relação à evolução da administração e às formas de administração pública, julgue os itens a seguir.

109 Segundo a perspectiva humanista, a estrutura formal e os incentivos financeiros são os fatores que explicam melhor o comportamento nas organizações, quando comparados aos grupos informais e às relações sociais.

110 A adoção da administração pública gerencial no Brasil significou a substituição imediata dos modelos patrimonialista e burocrático, que deixaram de coexistir nas práticas da administração pública.

111 Na concepção weberiana, a burocracia caracteriza-se, entre outros aspectos, pela autoridade legal-racional, pela hierarquia de cargos, por regras formais e pela impessoalidade nas relações organizacionais.

112 Na administração científica, a busca por maior eficiência envolvia o estudo sistemático das tarefas e a padronização de métodos de trabalho, em vez de se permitir que cada trabalhador escolhesse livremente a maneira de executar suas tarefas.

113 A administração pública burocrática *busca combater o* patrimonialismo por meio de princípios como impessoalidade, profissionalização e formalização de procedimentos; contudo, o apego às regras, quando excessivo, pode gerar rigidez e lentidão administrativa.

114 Na administração pública gerencial, o controle concentra-se na observância prévia de normas e procedimentos, em detrimento da avaliação de resultados e da qualidade dos serviços prestados à população.

No que se refere às funções administrativas, julgue os itens seguintes.

115 A função de organização envolve estruturar o trabalho e distribuir recursos, responsabilidades e autoridade para viabilizar os objetivos definidos no planejamento.

116 No controle administrativo, a comparação dos resultados obtidos com os padrões estabelecidos pode indicar a necessidade de ações corretivas e fornecer informações para o planejamento futuro.

Julgue os itens a seguir, relativos à modelagem de processos.

117 A modelagem de processos tem como finalidade precípua produzir modelos executáveis por sistemas de automação, de modo que representações voltadas à documentação, à comunicação entre interessados ou à análise de melhorias ficam fora do escopo dessa prática.

118 Na notação BPMN, o fluxo de sequência pode atravessar os limites de diferentes *pools* para representar a troca de mensagens entre participantes.

A respeito da gestão de pessoas por competências e da gestão de projetos e portfólios, julgue os itens que se seguem.

119 Na gestão de pessoas por competências, a identificação das competências necessárias deve estar desvinculada dos objetivos estratégicos da organização, pois seu foco principal é classificar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes individuais, independentemente dos resultados esperados.

120 Na gestão de pessoas por competências, uma mesma competência pode ser descrita em diferentes níveis de proficiência, o que permite distinguir graus de domínio esperados para funções ou contextos de trabalho distintos.

121 A gestão de portfólio prioriza e acompanha projetos e programas, considerando seu alinhamento estratégico e a alocação equilibrada de recursos.

122 No Scrum, o *product owner* define e mantém imutável o *sprint backlog* durante toda a *sprint*.

A respeito dos cargos em comissão e das funções de confiança, conforme a Lei Complementar distrital n.º 840/2011, julgue os itens a seguir.

123 O cargo em comissão cujas atribuições consistam em auxiliar ocupante de cargo vitalício enquadra-se como cargo de assessoramento, ainda que seu titular não exerça chefia sobre uma unidade administrativa.

124 A vedação à nomeação para cargo em comissão de pessoa que tenha praticado ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral alcança os cargos de natureza especial, observado o mesmo prazo de incompatibilidade previsto nessa legislação.

125 Uma pessoa que ocupe exclusivamente cargo em comissão pode ser designada para função de confiança destinada a chefia, pois a natureza da atribuição dispensa a titularidade de cargo efetivo.

126 A livre nomeação para cargos em comissão permite que pessoas sem vínculo com a carreira pública ocupem 60% desses cargos, desde que exerçam atribuições de direção, chefia ou assessoramento.

Considerando o regime jurídico dos servidores públicos civis do DF, das autarquias e das fundações públicas distritais, estabelecido pela Lei Complementar distrital n.º 840/2011, julgue os itens que se seguem.

127 O servidor remunerado por subsídio não pode receber adicional noturno, ainda que preencha os requisitos para sua concessão, pois o subsídio é constituído de parcela única.

128 Os créditos relativos a férias e ao adicional de férias, quando decorrentes de exoneração do servidor, têm caráter indenizatório.

129 À servidora de autarquia distrital que, no exercício de suas funções, sofra, em razão de seu vínculo institucional, qualquer conduta configuradora de difamação é assegurada a remoção a pedido, independentemente do interesse da administração pública.

130 Em concurso destinado à remoção de servidores entre localidades do mesmo órgão e da mesma carreira, a participação do sindicato respectivo pode ser limitada à fase de elaboração do edital.

131 A remoção de ofício é incabível para suprir necessidade de serviço que possa ser atendida por concurso de remoção.

132 A permuta entre servidores ocupantes de cargos distintos, desde que pertençam à mesma carreira, é permitida mediante autorização prévia das respectivas chefias.

A respeito do tempo de serviço e do efetivo exercício de servidores públicos civis do DF, julgue os itens subsequentes, conforme as disposições da Lei Complementar distrital n.º 840/2011.

133 No caso de servidor reintegrado, o período entre a demissão e a data de publicação do ato de reintegração é considerado como efetivo exercício.

134 Caso um servidor preste, durante o período de dois anos, serviço tanto em cargo público quanto em emprego na iniciativa privada, serão computados quatro anos de tempo de serviço relativo ao período, em razão da prerrogativa de contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente.

135 O afastamento para estudo ou missão no exterior é considerado como efetivo exercício independentemente de ser concedido com ou sem remuneração.

136 Salvo disposição legal em sentido contrário, o período entre a publicação do ato de reintegração e o retorno do servidor ao exercício não é contado como tempo de serviço, ainda que a apresentação ocorra dentro do prazo legal.

Considerando as vedações à participação em licitações públicas, conforme o disposto na Lei n.º 14.133/2021 e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens seguintes.

137 O agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, contudo essa vedação não se estende a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio.

138 Em ação na qual se pleiteia a responsabilização subsidiária de ente público por encargos trabalhistas inadimplidos por empresa terceirizada, a demonstração de que a administração pública recebeu notificação formal e idônea acerca das irregularidades trabalhistas e permaneceu inerte constitui elemento relevante para a comprovação da conduta negligente, cabendo, contudo, ao autor da ação demonstrar os pressupostos necessários à responsabilização, sem que se possa impor ao ente público, mediante inversão do ônus da prova, o encargo de demonstrar a inexistência de falha fiscalizatória.

139 A existência de servidor público efetivo no quadro de empregados de sociedade empresária é condição suficiente para impedir a participação dessa empresa em qualquer licitação pública, ainda que o licitante não seja o órgão de lotação do servidor nem mantenha com ele relação.

140 Suponha que determinada empresa pretenda participar de licitação promovida por órgão da administração pública federal, mas mantenha, em seu quadro de pessoal, servidor público efetivo do próprio órgão contratante, afastado temporariamente de suas atividades no órgão em razão de licença para tratar de interesses particulares. Nessa situação, a licença concedida ao servidor não afasta, por si só, o impedimento à participação da empresa no certame, conforme a orientação jurisprudencial do STJ.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias nas contratações públicas, com base na Lei n.º 14.133/2021.

141 Uma fundação pública celebrou contrato para implantação de um sistema de abastecimento de água e, diante de divergências técnicas sobre os custos decorrentes de eventos supervenientes, decidiu verificar a possibilidade de se instituir um comitê de resolução de disputas. Durante a análise, verificou-se que o contrato original não previa a utilização desse mecanismo. Nessa situação, a fundação pública poderá formalizar termo aditivo para viabilizar a adoção do meio alternativo de resolução de controvérsias, devendo o procedimento de escolha dos integrantes do comitê observar critérios isonômicos, técnicos e transparentes.

142 Durante a execução de um contrato administrativo celebrado entre um município e uma empresa de engenharia para a construção de uma unidade hospitalar, surgiu controvérsia acerca do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, e as partes concordaram em submetê-la à arbitragem, conforme cláusula contratual. Nessa situação, o procedimento arbitral poderá ser decidido com base na equidade, desde que haja concordância expressa entre a administração pública e a contratada, uma vez que a autonomia da vontade das partes prevalece na definição dos critérios de julgamento da arbitragem.

143 Um município contratou uma empresa para executar obras de drenagem urbana e, durante a execução contratual, as partes decidiram utilizar arbitragem para resolver controvérsia relacionada ao cálculo de indenização decorrente de inadimplemento contratual. Embora o contrato não previsse originalmente esse mecanismo, o município entendeu ser possível formalizar aditivo contratual para permitir sua adoção. Nessa situação, a utilização da arbitragem dependerá da demonstração de que a controvérsia envolve direitos patrimoniais disponíveis.

À luz da Instrução Normativa (IN) n.º 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, julgue os itens a seguir.

144 Suponha que, durante a execução de contrato de apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra, o fiscal administrativo identifique indícios de atraso no pagamento dos salários dos empregados terceirizados. Nessa situação, cabe à fiscalização administrativa verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas e adotar as providências pertinentes em caso de comprovação do inadimplemento, sem prejuízo das atribuições do gestor do contrato e dos demais agentes competentes.

145 O gestor do contrato pode determinar diretamente aos empregados da empresa contratada que cumpram horários extraordinários e redistribuir suas tarefas entre setores do órgão contratante, sem necessidade de comunicar o preposto da empresa.

146 A designação de um único servidor para exercer as atividades de gestão e fiscalização de contrato terceirizado, em razão do reduzido número de servidores disponíveis, contraria necessariamente a referida IN, que exige a nomeação de agentes distintos para a gestão, a fiscalização técnica e a fiscalização administrativa de todos os contratos.

Certa secretaria do DF pretende contratar empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo, incluindo o fornecimento de profissionais para atendimento, organização de documentos e execução de rotinas administrativas.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, de acordo com as disposições do Decreto distrital n.º 44.330/2023, que regulamenta a Lei n.º 14.133/2021 no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do DF.

147 Na contratação dos serviços de apoio administrativo, a designação dos agentes públicos responsáveis pela condução do procedimento licitatório deverá observar os requisitos e as regras de competência previstos na regulamentação distrital, não sendo suficiente que o agente indicado possua experiência prática na execução de atividades administrativas semelhantes às do objeto contratado.

148 Na fase preparatória da contratação, a secretaria deverá demonstrar a necessidade da contratação e avaliar a solução mais adequada para atender ao interesse público.

149 Caso a secretaria opte por não utilizar os modelos padronizados de documentos disponibilizados pela administração pública distrital para instruir a contratação de serviços administrativos, ficará a critério do setor responsável pela contratação a decisão sobre o modelo a ser adotado, sem necessidade de justificativa formal no processo, desde que o termo de referência contenha a descrição detalhada do objeto.

Determinado município, ao regulamentar seus procedimentos de contratação pública, estabeleceu que os avisos de licitação, os editais e os contratos administrativos fossem divulgados exclusivamente em portal eletrônico próprio, tendo dispensado a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sob o argumento de que a utilização desse sistema seria facultativa para os órgãos e as entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos entes federativos.

Em relação a essa situação hipotética, julgue o próximo item.

150 Tal previsão regulamentar do município encontra respaldo na Lei n.º 14.133/2021, uma vez que o PNCP se destina a centralizar informações sobre contratações públicas, sem a imposição da divulgação obrigatória nele dos atos previstos na referida lei.

Espaço livre

12h15 ~14h